

Diferenciais de poder e o empréstimo linguístico em traduções no Brasil*

*Sinara de Oliveira Branco***

Resumo

De todas as taxonomias utilizadas como procedimentos de tradução, o empréstimo linguístico é considerado a mais simples de todas as estratégias de tradução. Dessa forma, explica-se o uso de tal estratégia por razões diferentes: desde a introdução da cultura do texto original na cultura do texto alvo até a criação de efeitos estilísticos. Entretanto, dimensões de poder são geralmente negligenciadas. Se tais dimensões forem levadas em consideração, o empréstimo linguístico passará da mais simples a mais complexa estratégia de tradução, considerando-se as consequências e implicações derivadas de seu uso. No contexto das dimensões de poder da tradução, este artigo visa problematizar o uso de empréstimos linguísticos como uma estratégia aparentemente simples e de fácil utilização, mostrando que vários diferenciais de poder se fazem presentes, particularmente na direção primeiro/terceiro mundo.

Palavras-chave

Estudos da tradução; empréstimos linguísticos; diferenciais de poder; estratégias de tradução.

Abstract

Among the various taxonomies put forward to account for translation procedures, borrowings are considered the simplest of all translation strategies. In this view, the use of borrowings is explained by different reasons: from the introduction of the source language culture into the target language culture, up to the creation of stylistic effect. However, power dimensions are generally left aside. Should they be considered, borrowing would then turn to be from the simplest to the most complex strategy, since the consequences and implications of its use would be taken into account. In this context, this work aims at problematizing the use of borrowing as an apparently straightforward strategy, arguing that various power differentials are at work particularly in the direction First to Third World.

Keywords

Translation studies; borrowings; power differentials; translation strategies.

* Artigo recebido em 29/07/2011 e aprovado em 07/11/2011.

** Professora Doutora na Unidade Acadêmica de Letras e na Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande - Inglês/Tradução.

Introdução

Em um mundo que se ‘aproximou’, graças ao uso da *Internet*, e onde as fronteiras geográficas aparentemente não são mais o limite, a necessidade de utilização de empréstimos linguísticos e calques, ou seja, a adaptação de palavras estrangeiras à forma como ela é falada em português, por exemplo, ‘deletar’, da forma em inglês ‘delete’, tem se tornado cada vez mais evidente. Entretanto, o contato e a troca de palavras entre línguas diferentes não é uma prática recente. Atualmente, o empréstimo de palavras de línguas diversas acontece por questões tecnológicas e de comunicação, estando associada à globalização. As fronteiras geográficas foram enfraquecidas e os povos e línguas estão, pelo menos aparentemente, mais próximos uns dos outros. As pessoas – principalmente as classes mais privilegiadas – têm acesso à informação, produtos e tecnologia com maior facilidade.

Ao observar o comportamento das pessoas no Brasil, por exemplo, é possível perceber que, de norte a sul, os brasileiros dão extrema importância ao que vem do exterior – seja um nome, uma marca ou um conceito. A razão para tal comportamento e como ele influencia a vida das pessoas e a forma delas pensarem não são questionados. O que parece importar é o fato de que o uso de qualquer produto que venha de uma cultura de maior prestígio parece ‘transferir’ esse prestígio para quem o utiliza. Após observar esses fatos, comecei a questionar pontos relacionados à identidade cultural, nacionalismo e questões de poder. Nesse contexto, sem me declarar radicalmente contra ou a favor do empréstimo linguístico, pretendo observar o papel da tradução e a sua contribuição na troca e mistura de itens lexicais entre duas línguas específicas – o português brasileiro e o inglês americano. Buscando um enfoque mais específico, meu interesse está direcionado à verificação: (i) da aceitação do uso de palavras estrangeiras – empréstimos linguísticos – pela população brasileira; (ii) do uso de empréstimos linguísticos por questões tradutórias; e, finalmente, (iii) do impacto de tal fenômeno linguístico na comunidade brasileira em geral.

Fawcett (1997) apresenta críticas e considerações sobre o que ele chama de visão tradicionalista sobre empréstimos linguísticos. O autor afirma que os empréstimos são, até o momento, considerados a mais simples das estratégias de tradução, pois é um tipo de estratégia ‘subestimada’, e afirma ainda que a questão não é tão simples assim. O uso dos empréstimos linguísticos, para Fawcett, gera discussões importantes sobre

identidade nacional, poder e colonialismo, e afirma que tais questões vão, obviamente, além da questão puramente linguística.

Entretanto, como acredito que a questão linguística não deva ser ignorada, é necessário tecer algumas considerações linguísticas sobre o uso de empréstimos no contexto brasileiro. Alguns linguistas (FARACO, 2001; GARCEZ, 2001; BAGNO, 2001; POSSENTI, 2001) consideram os empréstimos linguísticos e calques um fato inerente ao uso das línguas. Esses teóricos se uniram e lançaram o livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. No livro, os argumentos a favor dos empréstimos linguísticos são baseados, principalmente, em influências antihistóricas e anticientíficas que informam a rejeição de tal estratégia. No contexto brasileiro, essa é uma ‘tensão limitada’, pois é mais comum o que vem de fora penetrar no Brasil, quase não havendo um movimento na direção inversa.

O Brasil é um país caracteristicamente aberto a influências vindas de culturas distintas, principalmente dos Estados Unidos, e há a tendência de enxergar tal influência como um processo natural, que acontece em qualquer parte do mundo. Entretanto, essa visão não pode ser considerada exclusivamente em relação à mistura linguística, mas, também, ao movimento cultural e a questões de diferenciais de poder e à hegemonia americana. Ao observar o fato de que teóricos aqui mencionados acreditam que o uso de empréstimos linguísticos não deva ser considerado uma ameaça, há também aqueles que consideram que tal uso representa a perda da identidade nacional e cultural.

1. Diferenciais de poder na tradução *versus* empréstimos linguísticos

As taxonomias que deram início aos estudos sobre empréstimos linguísticos e calques o fizeram em um período em que os diferenciais de poder na área dos Estudos da Tradução, com relação a tais procedimentos, ainda não eram considerados problemáticos. Por tal razão, é chegado o momento de rever esses estudos e reavaliar a ideia de ‘simplicidade’ de tais estratégias. Em algumas situações tradutórias, quando um empréstimo linguístico é utilizado, o tradutor ignora a possibilidade de que o leitor talvez não entenda o termo, não oferecendo qualquer outro recurso explicativo, como uma nota de rodapé, por exemplo.

No contexto canadense, Vinay & Darbelnet (1958) deram início aos estudos sobre empréstimo linguístico, que teve continuidade com outros estudiosos da tradução,

apresentando diferentes taxonomias para a análise e aplicação de estratégias de tradução. Embora os estudiosos da tradução utilizem denominações distintas para diferentes estratégias, eles são unânimes ao declarar que a mais simples de todas as estratégias é o empréstimo linguístico. Por exemplo, Aubert (1993) afirma que em alguns casos específicos, tais como na área tecnológica, é comum que uma ‘cultura periférica’ (neste contexto, a brasileira) absorva as informações, dados e conceitos da ‘cultura central’ (neste contexto, a norte-americana). O uso de empréstimos linguísticos é, no ponto de vista de Aubert, uma solução apropriada. Vázquez-Ayora (1977) faz apenas uma curta referência aos empréstimos linguísticos, considerando essa estratégia e o uso de calques uma ‘falha na tradução’, ou seja, se o tradutor não conseguir, por alguma razão, traduzir um termo, ele pode optar por utilizar o termo em língua estrangeira, utilizando, assim, um empréstimo. Barbosa (1990), por sua vez, descreve os empréstimos linguísticos da mesma forma que Vinay & Darbelnet o fizeram nos anos de 1950, *i.e.*, Barbosa (1990) afirma que tal estratégia é considerada a mais simples pelo fato de que ela é meramente uma cópia da língua de origem para a língua de chegada. Entretanto, Barbosa questiona tal simplicidade dentro da Linguística, sem mencionar diferenciais de poder na tradução.

No final dos anos de 1990, finalmente, alguns teóricos começaram a questionar a simplicidade dessa estratégia de tradução, particularmente no contexto dos diferenciais de poder na tradução. Por exemplo, Fawcett (1997) chama atenção para a ‘ignorada’ estratégia conhecida como empréstimo linguístico, que, segundo o autor, é vista como simples e inofensiva. Para Fawcett, essa questão não é tão simples, pois o tema levanta “questões relevantes sobre identidade nacional, poder e colonialismo” (FAWCETT, 1997, p. 35 – minha tradução). Wolf (1995), por sua vez, afirma que o empréstimo linguístico é uma forma de perpetuar o domínio do ‘centro de poder’ sobre a ‘periferia’¹ e Bassnet & Lefevere (1998) levantam a questão de como as estratégias de tradução podem ser usadas com um determinado propósito, afirmando que: “revisores e tradutores são as pessoas que de fato constroem culturas de base hoje em dia. é assim, simples e relevante. Sendo um fenômeno simples e relevante, as estratégias de tradução tendem a ser ignoradas” (BASSNET & LEFEVERE, 1998, p. 10 – minha tradução). essa afirmação pode justificar o fato dos empréstimos linguísticos não serem

¹ Os termos ‘centro’ e ‘periferia’ foram tirados de Aubert (1993), indicando, aqui, os estados Unidos da América como poder dominante e o Brasil como periferia, ou país dominado.

considerados problemáticos até hoje. Seguindo a linha defendida pelas visões dos autores acima, este artigo questiona até que ponto, no contexto da visão globalizada do mundo em que vivemos, ainda é possível dizer que o empréstimo linguístico é a estratégia de tradução mais simples. Obviamente, tenho consciência de que os autores de décadas anteriores não poderiam ter explorado a dimensão de poder em suas taxonomias, pois a visão global de mundo e suas consequências ainda não eram questionadas. Minha hipótese é de que o uso de empréstimos linguísticos hoje em dia pode ser determinado por um plano, relacionado aos diferenciais de poder, que se torna mais aparente ao se considerar o processo de globalização, no qual questões sobre a realidade “global” *versus* a “local” são evidenciadas.

A Globalização é “o processo no qual o indivíduo e as comunidades locais são afetadas por forças econômicas e culturais que operam por todo o mundo” (ASHCROFT, 1998, p. 110 – minha tradução). A Globalização teve início em meados de 1980 e o termo começou a ser usado depois que conceitos anteriores, mais apropriados na época, como, ‘internacional’ e ‘relações internacionais’, por exemplo, tornaram-se insuficientes para servirem de referência às relações transnacionais. Como anteriormente o conceito do que era ‘internacional’ se opunha ao que era ‘nacional’, no contexto da Globalização, tal dicotomia foi substituída por noções do que é ‘global’ *versus* ‘local’. Por essa razão, a mudança do termo ‘internacional’ para ‘global’ reflete a mudança da importância de ‘nação’ como indivíduos e comunidades oposto ao conceito de homogenia gerado pela idéia de um todo nacional no século XXI. Partindo da visão de Globalização nos dias atuais, é mais importante ter acesso ao conhecimento e cultura disseminados globalmente do que estar preso aos limites do estado.

A Globalização pode ser vista por pelo menos duas perspectivas opostas: a primeira perspectiva celebra um mundo global em mudança, que beneficia comunidades locais, oferecendo acesso à tecnologia, informação, serviços e negócios que levarão à prosperidade e liberdade universais – é o global agindo ‘glocalmente’. A segunda, mais depreciativa, rejeita essa visão, considerada utópica, e trata a Globalização como sendo uma forma de dominação dos países do Primeiro Mundo sobre os países do Terceiro Mundo. A razão para a rejeição é dupla: (i) a visão de que a Globalização apaga diferenças individuais de cultura e sociedade e cria a visão de cultura homogênea e global; e (ii) a idéia de uma cultura global somada à idéia de uma economia global é

“incorporada com firmeza ao sistema de capitalismo global” (ASHCROFT, 1998, p. 111), que será perpetuado a partir dos centros de poder capitalista.

A Globalização é estudada por disciplinas distintas, sendo investigada do ponto de vista sociológico, cultural e/ou antropológico, bem como os Estudos da tradução. Teóricos como Newmark, Snell-Hornby, Baker e Munday, por exemplo, concordam com a opinião de que a tradução não é uma disciplina que trata apenas de estudos linguísticos. Seguindo tal visão, este artigo procura contribuir para a relação entre o estudo da Globalização e dos Estudos da tradução afetando contextos linguísticos, tomando os seguintes pontos como relevantes: (i) a necessidade constante de traduções no meio global; (ii) problemas gerados por diferenças entre as línguas; e (iii) a necessidade de estudar tradução tendo como pano de fundo “a estrutura de relações de poder mundiais, que permanece firme no século XXI, como legado do imperialismo ocidental” (ASHCROFT 1998, p. 112 – minha tradução).

Observando a discussão tratada até este ponto, percebe-se que, quando alguns estudiosos da tradução falam sobre empréstimos linguísticos, eles ignoram o uso de tal estratégia como uma forma de imperialismo cultural. Nesses termos, como colocado por Ashcroft (1998, p. 112 – tradução minha), “a relação entre o imperialismo clássico e a globalização contemporânea desde o século XX tem como papel principal os estados Unidos da América” e, conseqüentemente, o papel do inglês americano. Teóricos da tradução, como Vinay & Darbelnet, por exemplo, ignoram o fato de que, embora os empréstimos linguísticos possam aparentemente não apresentar problemas – se a língua de chegada não contém uma palavra que sirva como sinônimo de um termo da língua de partida é só usar a palavra estrangeira, emprestada da língua de partida –, o uso da palavra estrangeira levanta questões relevantes sobre identidade nacional, poder e colonialismo (FAWCETT, 1997).

2. Implicações do uso de empréstimos linguísticos no contexto brasileiro

Durante uma discussão sobre a complexidade que envolve a tradução de nomes próprios, Tymoczko afirmou que nomes próprios são considerados “partes de material textual não-problemáticos, que podem ser passados intactos e sem esforço para a nova textura linguística a ser criada” (TYMOCZKO, 1999, p. 223 – minha tradução). A autora chama os nomes próprios de ‘ilhas de repouso’ ou ‘locais de resistência’. Os

comentários da autora, apesar de feitos em outro contexto investigatório, têm algo em comum com o uso de empréstimos linguísticos investigado aqui: tanto os nomes próprios quanto os empréstimos linguísticos são tidos como áreas de tradução que apresentam menos problemas. Entretanto, ambos geram discussões que envolvem poder, prestígio, identidade (individual ou nacional) e o legado do colonialismo no mundo moderno. Ambos os casos parecem representar escolhas tradutórias de pequena escala, denotando domínio ou resistência, pelo fato deles “posicionarem o texto traduzido entre discursos ideológicos” (TYMOCZKO, p. 236 – minha tradução).

Embora as escolhas tradutórias, tais como a não-tradução de nomes próprios – ou o uso de empréstimos linguísticos –, tenham uma natureza aparentemente simples, eles indicam que “a ideologia está registrada na tradução nos níveis mais básicos de um texto” (TYMOCZKO, *ibid.* – minha tradução). O entendimento da relação entre estruturas micro e macro torna possível relacionar os resultados deste estudo com a dimensão de poder que informa a visão da tradução apresentada aqui. Nesse sentido, os conceitos de Globalização e de identidade nacional tornaram-se úteis para capturar e discutir a natureza complexa da ‘mais simples’ das estratégias de tradução. Ao oferecer uma base para a abordagem cultural do uso de empréstimos linguísticos em uma cultura dominada, tais conceitos evidenciam as implicações do uso dessa estratégia para controle hegemônico, particularmente quando a direção da tradução é do contexto central para a periferia.

Além disso, é importante citar outros dois pontos: (i) o paradoxo sobre carga de informação e (ii) a receptividade do texto traduzido comparado a textos originalmente escritos em português. O primeiro ponto está relacionado à dimensão fonológica dos empréstimos linguísticos em um determinado (con)texto, ou seja, o repertório de sons de diferentes línguas e a receptividade de uma cultura com relação a palavras com sonoridade estrangeira. Obviamente, a diferença no sistema fonológico de cada língua traz consigo a conseqüente relutância em aceitar seqüências fonológicas não comuns, tendendo, assim, a rejeitar palavras estrangeiras. Ainda mencionando os nomes próprios não traduzidos, Tymoczko (1999, p. 225 – minha tradução) afirma que “várias seqüências fonológicas incomuns ou até mesmo escritas estranhas em uma tradução causam excesso de informação, gerando um desequilíbrio na carga de informação de todo o texto”. Ao observar essa colocação, conclui-se que um aumento na carga de

informação pelo uso de empréstimos linguísticos – fonologia e/ou ortografia estrangeira estranha – pode tornar difícil para o leitor lidar com tanta importação e termos estrangeiros. Entretanto, esse não é o caso, em si tratando de empréstimos linguísticos do inglês para o português brasileiro, o que considero um paradoxo. Por que tais empréstimos linguísticos não são rejeitados? Por que eles são tão naturalmente aceitos no contexto brasileiro? A resposta para essas questões não se encontra no domínio linguístico do sistema fonológico das línguas, mas no domínio dos diferenciais de poder entre as duas línguas/culturas. O paradoxo é dissolvido logo que ele é observado no contexto da desigualdade de poder que informa a relação entre os estados Unidos da América e o Brasil, seja a relação linguística, técnica, social, cultural ou política. Percebe-se certa familiaridade com a língua global, o inglês americano, que afeta o nível e o grau de receptividade de sequências com sonoridade de inglês americano no contexto do português do Brasil. esse último comentário leva-nos de volta a um segundo ponto apresentado acima: quem é o leitor de tais textos.

O uso difundido e a aceitação dos empréstimos linguísticos podem sugerir a natureza e a identidade dos possíveis leitores desses textos. Se a receptividade e aceitação por parte do leitor passam a ser ignoradas, deve-se assumir que tal leitor já é global, embora em limites nacionais e locais. Tal fator tem consequências óbvias para o ponto relacionado à identidade nacional referido acima, levando à discussão sobre diferenciais de poder na tradução, que será desenvolvida a seguir.

3. Contextos de uso de empréstimos linguísticos

A partir dos pontos apresentados acima, percebe-se que o uso de empréstimos linguísticos pode moldar o contexto tradutório, podendo, inclusive, influenciar a partir de uma visão de poder Centro/Periferia. Sob o rótulo de ‘naturalidade’, por exemplo, ou de ‘terminologia de área tecnológica’, o uso de empréstimos linguísticos acaba por reavivar o imperialismo cultural disfarçado de globalização do inglês americano em países subordinados, como o Brasil. A discussão a seguir ilustra tais aspectos.

Asad (1986) apresenta o tema ‘poder’ no processo discursivo da tradução. Asad (1986) afirma que, no processo de transferência da língua dominante de um país de Primeiro Mundo para uma língua minoritária de um país em desenvolvimento do Terceiro Mundo, o país do Terceiro Mundo tende a não apenas assumir outras formas

de produção e estilo de vida, mas também a transformar sua língua nativa. Através deste processo de transformação de estilo de vida e linguagem, a ambigüidade é favorecida, fazendo com que um tradutor inexperiente produza a tradução considerando a língua dominante e não o leitor da língua alvo. Seguindo esse raciocínio, relações assimétricas de poder podem ser agravadas pelo processo tradutório, devido ao fato de que o tradutor, se não for cuidadoso o bastante, pode direcionar a tradução para a língua dominante, dando à tradução características que não deveriam ser necessariamente utilizadas.

Outro ponto relevante refere-se ao fato de que uma tradução considerada, sob aspectos específicos, adequada busca reproduzir a estrutura de um discurso estrangeiro na língua do tradutor (ASAD, 1986, p. 156). Asad segue afirmando que o sucesso ou falha na produção de uma tradução adequada depende: (i) de como as estruturas linguísticas são reproduzidas; (ii) das possibilidades de tradução na língua alvo; e (iii) dos propósitos do tradutor e/ou de seus leitores. O primeiro ponto está relacionado ao gênero textual; por exemplo, se é um texto científico, narrativo ou um poema. O segundo ponto faz referência à lacuna lexical ou referencial. O terceiro ponto, por sua vez, faz referência ao conhecimento do tradutor sobre a área específica do texto, além de seu conhecimento sobre língua de origem e língua alvo. Os três pontos são de extrema importância, pois, se qualquer um deles for deixado de lado, as possíveis dificuldades enfrentadas com a tradução tendem a ser agravadas.

Asad afirma ainda que não se deve considerar, imediatamente, uma falha do tradutor a opção por manter um termo da língua de partida no texto traduzido, desde que haja uma boa justificativa para tal opção. Entretanto, o tradutor deve tomar cuidado e verificar se o uso do empréstimo linguístico é, de fato, necessário, e se será aceito como uma opção adequada pelo leitor. Essa me parece uma atitude coerente, considerando os aspectos relacionados à identidade cultural/nacional, além do comprometimento do tradutor com o público alvo e o trabalho tradutório em si. Tentar evitar que haja contato entre as línguas não parece ser a melhor forma de preservar a identidade nacional. Ao contrário, talvez, ao permitir o contato entre línguas e culturas, mostrando e observando suas diferenças, como Hall (1991) afirma, os brasileiros possam começar a perceber sua identidade; possam começar a se enxergar e ver o que não é sua realidade, não sendo isso necessariamente bom ou ruim, apenas diferente. Assim, diferenças e identidade

nacional serão mais bem compreendidas e aceitas. Essa não é uma tarefa fácil. Por isso, o tradutor deve manter os três pontos mencionados acima em mente.

Com relação ao poder e à hegemonia, Asad afirma que, devido ao fato de que as línguas de países do Terceiro Mundo são ‘menos representativas’ se comparadas às línguas do Primeiro Mundo (atualmente, especialmente o inglês), é mais comum que as línguas de países minoritários se rendam à transformação forçada no ato tradutório do que o contrário (ASAD, 1986, p. 157-158). Uma razão para tal fato é que as nações de Primeiro Mundo, em termos políticos e econômicos, têm maior capacidade para manipular sociedades ‘menos representativas’. Além disso, como Asad afirma, “o capitalismo industrial transforma não apenas os modos de produção, mas também os tipos de conhecimento e estilos no Terceiro Mundo; e, com eles, as formas das línguas” (*ibid.* – minha tradução). O fato de tais transformações acontecerem intencionalmente parece claro. As nações do Primeiro Mundo conhecem suas razões, objetivos e atitudes. Ao conseguir influenciar nações ‘menos representativas’, elas ganham o controle, sobretudo em termos econômicos.

4. Reflexão

O uso de empréstimos linguísticos, em diferentes contextos, deve ser observado atentamente, pois não se refere simplesmente à terminologia criada por normas específicas. Há questões por trás dos empréstimos que devem ser observadas, como a comparação de Cronin (1998) sobre línguas minoritárias que, para ele, se tornam ‘imagens refletidas em espelho’ da língua dominante. Cronin afirma que as línguas minoritárias podem sucumbir no nível lexical e sintático devido ao uso extremo de misturas sem que haja uma necessidade real.

Cronin (*ibid.*) afirma que a transmissão cultural e a troca de conhecimento podem ser realizadas de formas diferentes e não necessariamente através de palavras ‘não traduzíveis’. Traduzi-las pode significar uma preocupação em manter a diferença; em respeitar a cultura de chegada e seu contexto. é a tentativa de manter a identidade nacional de um povo ‘intocada’, ‘preservada’. Entretanto, o limite entre buscar o prestígio presente no uso de termos vindos de línguas ditas ‘de mais prestígio’ (como o inglês) e manter a língua ‘não contaminada’ por termos estrangeiros pode fazer com que surjam temas raramente levados em consideração em se tratando dos Estudos da

tradução, como o que já foi mencionado anteriormente: identidade nacional/cultural, poder e hegemonia linguística.

Cronin (1998) sugere que a tradução seja considerada uma forma de ‘reflexão’. Em inglês, o autor faz a distinção de dois termos para a palavra reflexão, ‘reflection’ e ‘reflexion’, sendo esses explanados por Cronin para definir a tradução. Cronin propõe a oposição entre os dois termos, sugerindo que ‘reflection’ seja usado para indicar a absorção inconsciente da língua dominante, produzindo os vários calques que informam línguas, do japonês ao alemão, ao irlandês, ao português. Continuando, o autor define ‘reflexion’ como uma ‘metareflexão’, representando a prática da tradução por teóricos da tradução e tradutores em geral; ou seja, a análise crítica do que a língua absorve e do que a faz se expandir ou se retrair, para perder a ordem sincrônica e diacrônica de suas fontes de expressão.

A distinção entre ‘reflection’ e ‘reflexion’ é relevante no estudo de empréstimos linguísticos vindos do inglês (americano) para o português do Brasil, uma língua alvo minoritária, subordinada à hegemonia do inglês. Como sugerido por Cronin, tradutores e teóricos da tradução deveriam utilizar ‘reflexion’ na prática e teoria da tradução, trabalhando com a ‘metareflexão’ para questionar a implicação e consequências do uso de empréstimos linguísticos e o seu papel na expansão ou retração do português brasileiro, em termos não apenas linguísticos, mas também de poder.

Na verdade, os empréstimos linguísticos se tornam o que Cronin (1998) chama de ‘resistência zero’, fazendo com que o leitor do texto alvo veja a língua e cultura de origem através deles. A ‘resistência zero’ projeta e ‘reflete’ a imagem do Outro em detrimento da própria imagem ou da própria reflexão por parte da cultura alvo. Assim, ao utilizar a ‘meta-reflexão’, há a análise do procedimento escolhido e de suas consequências – em termos linguísticos, culturais e de poder.

Cronin (*ibid.*) enfatiza ainda que é necessário observar as consequências de traduções para línguas minoritárias. É importante lembrar que os efeitos do uso de empréstimos linguísticos não são apenas linguísticos – enriquecendo a língua-alvo com novos termos vindos de outras línguas (expansão) ou empobrecendo a língua-alvo com a importação descontrolada de termos estrangeiros (retração) – é também um efeito sócio-cultural. Pode haver o perigo de reacender o domínio imperialista no processo.

Outro ponto importante levantado por Cronin envolve a preocupação das línguas minoritárias com seus tradutores técnicos, comerciais e científicos. A tendência é estar atento ao contexto da tradução literária, com certa desatenção para a tradução técnica, o que o autor considera um erro. Qualquer tradutor, técnico ou literário, lida com a representação de aspectos culturais de línguas, estando o tradutor atento ou não a esse fato. Levando em consideração a dimensão cultural da tradução, o tradutor deve tentar encontrar opções alternativas de tradução para evitar cair na armadilha de se sentir forçado a constantemente usar empréstimos linguísticos da língua dominante, no caso, o inglês (americano).

Acredito que o modo de reflexão da tradução pode oferecer soluções melhores em termos de diferenciais de poder. Cronin diz que, considerando a reflexão em tradução, é possível argumentar que a tradução está entre a patologia do universalismo e a patologia da diferença. Ou seja, o radicalismo deve ser evitado: ser contra ou a favor do universalismo, ou ser contra ou a favor da diferença pode ser uma posição perigosa, pois o tradutor deve estar preparado para refletir sobre suas escolhas e analisar quais opções devem ser utilizadas em casos específicos. Devem-se buscar escolhas específicas, em situações específicas – pode-se conseguir isso através do modo de reflexão da tradução.

Trabalhando a ideia de Cronin (1998), parece haver uma tendência para homogeneizar idéias e opiniões sobre o mundo através da tradução. Por outro lado, parece haver também uma tendência para tornar heterogêneas idéias e representações do mundo, ou seja, traduzir o Outro, mantendo a diferença. Portanto, estamos entre duas posições radicais e sem soluções conciliadoras. Para tentar oferecer uma posição intermediária com relação à homogeneidade e à heterogeneidade na tradução, proponho rever e comentar os pontos levantados no início deste artigo: (i) a necessidade constante de tradução em contexto globalizado; (ii) a necessidade de integrar o conceito de globalização aos Estudos da tradução; (iii) a necessidade de estudar a tradução no contexto da estrutura de ‘relações de poder’.

O primeiro ponto traz a ideia de globalização – o ‘desaparecimento’ das fronteiras geográficas –, mencionado por Pym (2000), como sendo ilusório. Pym (*ibid.*) afirma que, em relação aos Estudos da tradução, a globalização, não deve ser associada à ideia de ‘limites porosos’, termo utilizado por Robertson (1992). Pym afirma que, na

verdade, a porosidade deve ser associada a como os tradutores lidam com a tradução e com a influência das línguas mais poderosas sobre as línguas periféricas.

O segundo ponto está relacionado à necessidade de integrar o conceito de Globalização aos Estudos de tradução. Essa integração deveria ser simples, pois a tradução, como um meio de integração das línguas e países/culturas, é uma ferramenta importante para manter a idéia de globalização em constante desenvolvimento, de uma forma mais justa, em um mundo cheio de diferenças. Ao invés de considerar essas diferenças como um aspecto negativo, que pode causar vários tipos de danos à globalização, elas devem ser utilizadas como suporte para que haja mais compreensão entre povos, sem resistências, aceitando as diferenças e adaptando o que parece ser incompreensível à primeira vista. A globalização deveria servir para unir culturas e idéias diferentes e não para anular as diferenças.

Finalmente, o terceiro ponto mostra a necessidade de estudar a tradução no contexto da “estrutura das relações de poder mundiais, que permanece firme no século XXI, como um legado do imperialismo ocidental” (ASHCROFT, 1998, p. 112 – minha tradução). As relações de poder na tradução tendem a ser negligenciadas e o processo tradutório parece estar relacionado apenas à Linguística. Entretanto, como colocado por teóricos como Pym (2000), Cronin (1998) e Robertson (1992), o poder das línguas majoritárias sobre as minoritárias existe e não pode ser negligenciado. Portanto, o domínio, a submissão e a resistência com relação à tradução devem ser investigados, levando em consideração diferenças em si tratando de identidade nacional/cultural e a influência/mistura de pessoas de várias nacionalidades e línguas.

Para ilustrar a ideia de resistência e/ou rendição com relação à cultura e realidades diferentes, apresento abaixo um trecho da música de Caetano Veloso, *Sampa*:

Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto,
Chamei de mau gosto o que vi, de mal gosto o mau gosto.
É que Narciso acha feio o que não é espelho,
E a mente apavora o que ainda não é mesmo velho.
Nada do que não era antes quando não somos mutantes.
E foste um difícil começo, afastado o que não conheço,
E quem vem de um outro sonho feliz de cidade,
Aprende depressa a chamar-te de realidade.
Porque és o avesso, do avesso, do avesso, do avesso.

A distinção de Cronin (1998) sobre ‘reflection/reflexion’ também parece ser apropriada para a compreensão da letra da música acima. O que é sugerido na primeira

parte do trecho apresentado é a dificuldade em aceitar o que não reflete a própria imagem: “Narciso acha feio o que não é espelho”. A primeira resposta ao que é diferente é, então, retomada pela reflexão sobre o processo de lidar com o que não é familiar e entender ‘o estrangeiro/estranho’: “*quem vem de outro sonho feliz de cidade aprende depressa a chamar-te de realidade*”. O fim do processo, na música, é satisfatório, no sentido de que ocorre a aceitação da realidade diferente, embora através de uma experiência dolorosa de aprendizado. Na letra da música apresentada acima, é possível perceber que, no final, ‘enxerga-se’ (reflexão) que a diferença ou ‘feiúra’ presente no princípio reflete simplesmente ‘o avesso, do avesso, do avesso, do avesso’, que acaba sendo o lado direito, o mesmo, o que não apresenta diferença. Em outras palavras, contando o número de vezes que a palavra ‘avesso’ aparece na música equivale a quatro vezes, significando o mesmo; e não o oposto. Portanto, como conclusão, o artista percebe que o contrário não é ruim, pois ele simplesmente reflete a si mesmo de forma diferente, o que não deve ser considerado como certo ou errado, mas simplesmente diferente.

Conclusão

A minha intenção com este estudo não foi assumir uma posição a favor ou contra o uso de empréstimos linguísticos no contexto brasileiro, mas problematizar as implicações de seu uso e propor uma reflexão sobre escolhas tradutórias. Também foi intenção mostrar que há muito mais a ser analisado sobre os empréstimos linguísticos do que é possível observar em uma tradução ou em um texto originalmente escrito em qualquer língua. A discussão vai além dos domínios da Linguística e, neste caso, concordo com os linguistas ao afirmarem que os empréstimos linguísticos não representam um dano à língua e oferecem o contato necessário entre línguas e culturas, enriquecendo-as. Entretanto, abordando-se os diferenciais de poder, percebe-se a necessidade de analisar a questão mais profundamente e avaliar a possibilidade de encontrar outras opções, em lugar do ‘simples’ e automático uso de empréstimos linguísticos.

Referências

AUBERT, Francis H. *As (In)Fidelidades da tradução: Servidões e Autonomia do Tradutor*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

- ASAD, T. The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology. In: J. CLIFFORD & G. E. MARCUS (Org.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1986, p. 141-641.
- ASHCROFT, B. (Org.). *Key Concepts in Postcolonial Studies*. London/NY: Routledge, 1998.
- BASSNET, S. & LEFEVERE, A. (Org.). *Translation, History and Culture*. London/New York: Pinter, 1990.
- CRONIN, M. 'The Cracked Looking Glass of Servants: Translation and Minority Languages in a Global Age.' In: VENUTI, L. (Org.) *Translation and Minority*. Philadelphia: St. Jerome, 1998, p. 145-162.
- FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- FAWCETT, P. *Translation and Language: Linguistic Theories Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.
- NEWMARK, P. *A Textbook of Translation*. UK: Prentice Hall International Ltd, 1988, p. 45-53.
- PYM, A. *Negotiating the Frontier: Translators and Intercultures in Hispanic History*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2000.
- ROBERTSON, R. *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 1992.
- TYMOCZKO, M. 'Computerized Corpora and the Future of Translation Studies'. In: *Meta*, XLIII, 4, 1998, p. 1-15.
- VINAY, J.P. & DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier, 1958.